

A LEITURA DO PE. ANTÔNIO VIEIRA SOBRE OS IMPASSES ECONÔMICOS DO IMPÉRIO LUSITANO

THE READING OF FATHER ANTONIO VIEIRA ABOUT THE ECONOMIC PREDICAMENTS OF PORTUGUESE EMPIRE

Paulo de ASSUNÇÃO*

Resumo: Este artigo pretende analisar parte da obra do Pe. António Vieira, em especial algumas de suas cartas e sermões, considerando o discurso e os pressupostos econômicos apresentados pelo religioso para a nação portuguesa e as terras coloniais, destacando as propostas elaboradas para garantir a soberania da nação lusitana e a legitimidade da dinastia de Bragança. Vieira valeu-se do púlpito para efetuar um discurso político e econômico que emergia da mensagem religiosa. Neste sentido, o nosso objetivo foi o de compreender o denso discurso do Pe. António Vieira a partir do contexto histórico e das estruturas sociais do século XVII, captando como se processou o imbricamento da religiosidade, da política e da economia no pensamento desse religioso.

Palavras-chave: Jesuítas – Colônia – Economia – Padre António Vieira.

Abstract: This article intends to analyze priest Antonio Vieira's work, especially some letter and sermons of him, considering the discourse and the economic purposes presented by the religious to the Portuguese nation and the colonial lands, pointing out the proposals elaborated in order to guarantee the Lusitanian nation sovereignty and the Bragança dynasty legitimacy. Vieira used the pulpit to make a politic and economic speech which emerged from a religious message. This way, our objective was to understand priest Antonio Vieira's dense discourse from the historical context and the social structures of the seventeenth century taking one processed the superposition of religiosity, politics and of the economy of the religious thought.

Keywords: Jesuit – Colony – Economy – Antonio Vieira priest.

Discutir o significado de algumas das reflexões econômicas produzidas pelo Pe. António Vieira nas suas cartas, escritos e sermões não é um empreendimento fácil, tendo em vista que elas emergem de forma pontuada em diversos momentos. Cada manifestação necessita ser compreendida em relação ao contexto em que foi tecida. Nosso objetivo é lançar uma luz sobre as particularidades do discurso econômico do jesuíta, identificando os fios da trama de ideias que defendia.

Um sistema de controle da comunicação rígido permitiu que parte da correspondência do Pe. António Vieira fosse preservada e acrescida das cartas trocadas

* Doutor em História Ibérica pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* – EHESS-Paris (França); Doutor em História Econômica e Social pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor da Universidade São Judas Tadeu, CEP: 03166-000, São Paulo – Brasil. Pesquisador do CNP e da FAPESP. E-mail: prof.assuncao@usjt.br

com dignidades civis, formando uma base de referência importante para construir o pensamento de Vieira em questões sociais, políticas e econômicas. Textos que, cotejados com os sermões, permitem entrever as sutilezas de uma reflexão sobre a sociedade do seu tempo e a economia portuguesa, e compreender o seu pensamento em relação direta com o quadro político e econômico de sua época.

Os sermões, as cartas e outras exposições públicas, que António Vieira produziu no decorrer da sua vida, seguiam motivações diferentes. O religioso adaptou o seu estilo a cada um dos seus destinatários. Sabia que os seus interlocutores compreendiam a sua argumentação e também poderiam ajudá-lo a defender suas ideias. Neste sentido, as missivas contêm um teor denso e detalhado sobre os assuntos mais prementes. Por vezes, o detalhamento visa a fornecer elementos para convencer sobre a sua posição e fazer com que dignidades civis e reais se apercebam da situação que envolve a questão apresentada. O texto, denso em mensagem, instiga à reflexão ou à ação (PÉCORA, 1995, p. 35).

A ida de Vieira à Europa, logo após a Restauração do trono português, permitiu que ele tivesse um alargamento da sua visão sobre as questões políticas, econômicas e sociais do império português, bem distintas da realidade que havia experienciado na colônia, tomando ciência do teor de algumas das obras daquele período (GODINHO, 1969).

A cada momento, o religioso dialogou com uma sociedade ou interlocutores diretos, cientes de que suas ideias eram importantes ou possuíam algum impacto, mesmo que reduzido, principalmente após ser condenado pelo Tribunal do Santo Ofício (PÉCORA, 1988). Apesar de perseguido, conseguiu o apoio do papa para que o seu processo fosse transferido da jurisdição inquisitorial para o tribunal romano, permitindo que ele comprovasse a sua inocência, não se afastando das questões mais importantes do período até o final da sua vida.

Os sermões proferidos pelo Pe. António Vieira, ao reunirem um grande número de nobres e de pessoas influentes na corte ou nas localidades onde pregava, passou a ser um discurso útil ora para a construção da unidade da nação portuguesa, ora na defesa dos índios, ora na defesa do cristianismo. Em seus sermões, está presente também toda a intensidade da vida política, da sociedade e da economia; esses textos, habilmente construídos com os referenciais do Evangelho, permitem analogias e metáforas, visando a atingir o público de maneira persuasiva (PÉCORA, 1995, p. 25).

Luís Machado de Abreu, ao analisar alguns dos sermões de Vieira, destacou o jogo de emoções e de paixões utilizados pelo jesuíta para o convencimento dos interlocutores, evidenciando os mecanismos psicológicos e o tipo de organização do discurso. Abreu destaca que, segundo a arte da retórica, proposta por Aristóteles, cabe à invenção “[...] a tarefa de organizar os temas e as provas, elementos nucleares de qualquer gênero de discurso”. As provas e os argumentos têm como objetivo produzir nos interlocutores uma opinião favorável à doutrina que estava sendo exposta, “[...] criando no destinatário a persuasão ou convencimento de que essa é a opinião justa e a doutrina verdadeira” (ABREU, 1999). Vieira pautava a sua argumentação organizando elementos de forma lógica e racional. Para defender o seu ponto de vista, ele evocava o contexto bíblico e histórico, apresentando provas objetivas que acrescentavam maior peso à sua argumentação. Como afirmou Raymond Cantel: “Na realidade, Vieira foi imediatamente convencido de que deveria colaborar na execução do plano divino, através de uma ação em vários domínios, incluindo os assuntos públicos” (CANTEL, 1960, p. 187).

A eloquência de Vieira, seu temperamento e cultura davam uma dimensão mais ampla às palavras. Enquanto orador, utilizava os recursos da retórica para fazer crer, ou “[...] persuadir o ânimo alheio pela força do dizer” (MARQUES, 1986, p. 8). Procurava ser convincente para conduzir o ouvinte à doutrina da igreja católica e ao que era mais adequado para a coroa portuguesa. Como bem destacou João Francisco Marques, os sermões encerravam um conteúdo ideológico, visando a uma eficácia que conduzisse à coerência entre a fé e as obras na vida cotidiana. Era imposto um “[...] esquema mental a um público passivo e em largos períodos da história, exceptuados certos meios de escol, na sua quase totalidade iletrado e, na prática, sem outra fonte alimento intelectual” (MARQUES, 1986, p. 10-11). O sermão constituía um elemento catalisador das atitudes coletivas que almejava conduzir o ouvinte à ação. O providencialismo, o messianismo e o profetismo estavam na base da parenética do período. Conforme ressalta Marques,

A prédica litúrgica nos dias de preceito e a extraordinária no tempo do Advento, Quaresma, Pentecostes e Rogações, e nas festividades às inúmeras invocações de Cristo e da Virgem, novenários e oitavários nas solenidades dos Santos, tríduo das Almas, aniversário da fundação de templos e casas conventuais, tomadas de hábito, como ainda nas acções de graças por eventos de natureza vária e exéquias, inseriam de forma densa o púlpito no quotidiano dos fiéis (MARQUES, 1986, p. 50-51).

As intervenções de Vieira, no púlpito, procuravam ser persuasivas para fortalecer a credibilidade no Monarca, minimizando a hostilidade contra a dinastia de Bragança. Vieira soube com maestria aproveitar a *ocasião* para tecer os seus sermões. A articulação do seu discurso argumentativo é orientada no sentido religioso e político. João Adolfo Hansen (1989, p. 402), ao analisar este contexto, ressaltou o modelo escolástico, que considera a ocasião *uma circunstância ou conjunto de circunstâncias que favorecem a ação de uma causa livre*. Para o autor, a ocasião

[...] atua sobre a vontade do agente de modo imediato, uma vez que remove obstáculos interpostos em sua ação e, ainda, porque induz a vontade a cooperar positivamente. A ocasião é um incentivo para a ação. No século XVII, é um conceito político, com o sentido de concurso de causas que abre caminho à grandeza (HANSEN, 1989, p. 402).

Conforme observou Sezinado Luiz Menezes, o que importava para Vieira era “[...] dar respostas às questões históricas que vivenciava, e da forma como o fazia derivava o rumo que tomava a sua própria história” (MENEZES, 1992, p. 7). Entendemos ser fundamental compreender que a leitura do pensamento do Padre António Vieira considere as seguintes premissas: o processo histórico que acompanhava o complexo jogo político da época e como seria natural as suas ideias responderem em partes aos problemas em voga no período.

Um dos primeiros registros elaborados por Vieira é a Carta Ânua da Província do Brasil de 1626.¹ O noviço, com 18 anos de idade, seguia o procedimento estabelecido pelas Constituições da Companhia de Jesus que definiam a elaboração de registros escritos a fim de dar conta da situação das atividades na província. Esse registro, feito ao Padre Muzzio Viteleschi, relatava os sucessos da invasão holandesa na Bahia, em 1624, e da retomada da mesma, em 1625, além de apresentar o estado das missões jesuíticas em várias capitanias. Naqueles idos, a então colônia Brasil mantinha aproximadamente cento e vinte padres da Companhia.

António Vieira descreveu, em detalhes, o ataque dos holandeses no dia da Aparição de São Miguel, 08 de maio de 1624; a pronta defesa do Governador D. Diogo de Mendonça Furtado fez que uma *tempestade de fogo e ferro* se abatesse sobre Salvador. O ruído dos fuzis e o trovão da artilharia implantaram um clima de terror e confusão que o religioso registrou, destacando o caráter valoroso dos soldados e da

população que lutou pela defesa do território. O abandono da cidade e a fuga foram os passos seguintes da população que lamentava o seu infortúnio. A ação dos invasores estava imbuída do caráter de destruição e apropriação dos bens alheios. Vieira caracterizou os holandeses pela fúria e pelo desprezo que estes demonstravam às imagens, relíquias e ornamentos de altares e o ódio que muitos manifestavam aos membros da Companhia de Jesus:

Quando os Holandeses, depois de renderem a cidade da Bahia, começaram com raiva herética e desatinada a quebrar as imagens dos santos, foram à sacristia do Colégio, arremeteram a um crucifixo muito devoto, que nela estava, e, arrastando-o, o lançaram de uma varanda a baixo. Caiu em terra, quebrou-se a cruz de pau e com a força do golpe se fez em pedaços, e a imagem (coisa maravilhosa), que não era de metal mais forte, antes mais fraco, ficou tão inteira como se a terra dura, em que caiu, estivesse alcatifada de colchões ou cochins brandos. Aqui esteve jazendo dois dias, à falta de quem o levantasse; nem faltou quem, levado de uma fúria mais que herética e infernal, lhe fizesse mil injúrias, até que, enfim, quis o libertador dos homens que um o fosse seu (VIEIRA, 2003, p. 85).

No relato sobressai a destruição empreendida pelos holandeses, enfatizando o prejuízo econômico e moral que estes impuseram aos moradores da Bahia e seus engenhos. Deve-se lembrar que a própria Companhia de Jesus era proprietária de engenhos e teve perdas significativas com os ataques. Na descrição do episódio ficou registrada a perseverança dos índios em não manterem contato com hereges, como os membros da Companhia de Jesus os haviam instruído:

Entre esses índios se avantajaram uns na destreza de atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, nenhum índio houve que travasse amizade com eles, o que foi muito particular e especial mercê de Deus, e indústria também dos nossos padres, os quais sempre, e agora mais que nunca e com mais eficácia, os instruíam na fé, intimidando-lhes o amor que deviam ter a Cristo, e lealdade a Sua Majestade; grande bem espiritual e não menor temporal para os moradores deste Brasil, porque sem índios não podem viver, nem conservar-se, como todos confessam (VIEIRA, 2003, p. 98).

Os prejuízos espirituais poderiam ser maiores do que os econômicos. O apoio das armadas de Espanha e de Portugal e a articulação dos moradores, com o objetivo de expulsar os holandeses, fizeram com que o esforço da luta tivesse resultado favorável para os colonos. Em 1º de maio de 1625, dia de São Filipe e São Tiago, os portugueses e espanhóis tomaram posse da cidade de Salvador, na Bahia, e a bandeira holandesa era retirada do mastro (VIEIRA, 2003, p. 101). A tomada da Bahia não afastou os holandeses do litoral das terras coloniais portuguesas. Os ataques das embarcações inimigas continuaram a aterrorizar a população. A ameaça holandesa continuaria a rondar a colônia brasileira e ainda seria alvo da atenção e reflexão do jovem jesuíta que registrou o ataque, preocupado com os males que os hereges poderiam causar ao cristianismo nas terras tropicais.

Vieira começou a sua pregação nesse momento. Em 1633 pregou à população de Salvador, na Irmandade dos Pretos, no dia de São João Evangelista, sobre os perigos que rondavam a colônia portuguesa (VIEIRA, 1968). O jovem jesuíta admoestava sobre a existência de quilombos que pouco a pouco se formavam. Os quilombos eram a negação da ordem portuguesa e do seu modelo de exploração, causando prejuízos materiais e os inconvenientes dos ataques dos quilombolas. No que dizia respeito à religião, os quilombos representavam a retomada dos cultos africanos e o afastamento e negação do próprio cristianismo, que era visto como altamente indesejado. Valendo-se de uma sequência de alusões a trechos bíblicos, Vieira evocava a Virgem Maria e os devotos do rosário em seus discursos desse período, destacando o privilégio daqueles que eram filhos da mãe de Jesus. Para ele, os negros eram filhos da Cruz do Calvário e da mãe de Jesus; foram concebidos para servir, para serem escravos, e deveriam contentar-se com o sofrimento que padeciam, pois era por meio dele que a salvação chegaria. Enquanto filhos da Virgem, brancos e negros igualavam-se, numa sociedade desigual.

Vieira não se afastava do pensamento compartilhado pela maior parte dos jesuítas e religiosos de outras ordens que não questionavam o cativeiro dos negros. A visão da sociedade colonial era tida como imutável. Cada elemento possuía um papel pré-definido que deveria ser cumprido para que todo o sistema obtivesse êxito. A ruptura, além de causar a desordem social e religiosa, implicava prejuízos. Desta forma, os religiosos aceitavam a escravidão como um fato consumado e natural, o que justificava, em parte, a tolerância da Igreja Católica ao comércio e à exploração da mão-de-obra escrava. O argumento era que os negros eram, apesar das diferenças, iguais a

todos os cristãos, “[...] posto que fossem gentios, e sejam escravos, pela fé e pelo batismo estão incorporados em Cristo, e são membros de Cristo” (VIEIRA, 1968, p. 300).

Vieira defendia que os negros deveriam ser cristãos: quando os brancos os retiraram das terras africanas fizeram-lhes um bem, que consistia na possibilidade de eles conviverem no seio do cristianismo. Por este ato, os negros estavam salvos e, como formas de retribuição, deveriam trabalhar para os brancos. Desta maneira, o cativo não poderia ser visto como uma desgraça, mas sim como o milagre da inclusão na cristandade. O jesuíta entendia que o que importava era perseverar na fé católica, estimulando as práticas e cerimônias cristãs, como rezar o rosário várias vezes ao dia.

O bom funcionamento do sistema produtivo colonial dependia do escravo, e este deveria aceitar o seu destino. A ordem da sociedade era imutável, e ele deveria seguir de forma obediente os desígnios da vida, trabalhando nos engenhos e em todas as tarefas que lhe eram atribuídas. Vieira alertava: “quando servis aos vossos senhores, não os sirvais como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus, porque então não servis como cativos senão como livres, nem obedeceis como escravos, senão como filhos” (VIEIRA, 1968, p. 301).

No *Sermão de São Sebastião* proferido em 1634, Vieira compõe uma crítica política de forma satírica, profetizando o regresso do rei salvador. A vida de São Sebastião tinha como referência, nesse sermão, a vida do rei português D. Sebastião, que desaparecera em Alcácer-Quibir. O religioso utilizava este instrumento para demonstrar a sua oposição ao governo espanhol, ao mesmo tempo em que revelava que, como outros, compartilhava de um imaginário que remetia ao sebastianismo, ainda fortemente enraizado na cultura portuguesa. O rei *encoberto* estava na iminência do seu retorno; aparentemente morto, ele ainda vivia no imaginário popular. Ficava evidente que Vieira questionava o domínio espanhol, mas valia-se do mito do sebastianismo a fim de construir uma salvação para o reino. Havia um desejo explícito de resgate da liberdade, que seria feito por um libertador que resgataria Portugal e o reconduziria ao seu caminho.

Em 1638, Vieira pregou o *Sermão pela vitória de nossas armas contra os Holandeses*. Os holandeses ocupavam a região de Pernambuco desde o início daquela década, causando uma série de prejuízos ao reino. Neste ano, os holandeses avançaram no sentido de capturar a capital da colônia. Em abril, as embarcações holandesas do Conde Maurício de Nassau encontravam-se na proximidade de Salvador, na praia de

Tapagipe, prestes a atacar a cidade alvoroçando a população que ainda se lembrava do ataque de 1624. O Capitão-mor, Conde de Bagnuolo, organizou a resistência, impedindo que o inimigo tomasse a cidade. Contudo, Vieira defendia a necessidade de resoluções políticas, para que o cristianismo prevalecesse sobre os hereges protestantes, tendo em vista que os prejuízos se avolumavam a cada ano e causavam perdas significativas ao erário real e aos senhores de engenho.

No *Sermão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Izabel*, proferido na então Misericórdia da Bahia, Vieira afirmava que, um dos males que envolviam a colônia era a transferência de bens para a metrópole, ao mesmo tempo em que era celebrada uma ação de graças pela vitória da cidade da Bahia sitiada e defendida dos holandeses em 1638. Sua posição se identificava com a dos colonos que, a cada ano, viam o açúcar seguir para Portugal, bem como outros produtos, restando quase nada àqueles que o produziam. Rebeldia de jovem; mas, atento à dinâmica colonial, o religioso sabia que a maior parte da riqueza gerada pelo açúcar não fica nas terras coloniais.

Valendo-se da Visitação da Virgem à mãe do Batista, Vieira procurava chamar a atenção para o fato natural de todo homem festejar os seus bens. No “protocolo” cristão, este ato implica louvar a Deus e dar-lhe graças. Outro ponto em que o jesuíta se debruçou foi a questão de este homem de bens olhar para si mesmo e refletir sobre as suas ações, avaliando se era merecedor ou não do que Deus lhe concedera (VIEIRA, 2000, p. 218). Tendo em mente a defesa da cidade da Bahia, Vieira lembrava que os homens não podiam se vangloriar da vitória pelo poder das armas. Tal fato faria que eles corressem o risco de serem *ingratos e infiéis a Deus*. Enquanto os ataques holandeses aconteciam, religiosos e populares rezavam nos conventos e Igrejas, implorando a defesa do território. As velas das embarcações batavas ancoradas no litoral remetiam ao insucesso do ataque ocorrido em 1624: “[...] tão levantados com os sucessos da passada fortuna, como as duas bandeiras no tope, sendo ainda mais altos os seus pensamentos, caíram” (VIEIRA, 2000, p. 224). Ora, um inimigo poderoso não poderia ser desprezado e se deveria ter maior cautela, principalmente por ele desejar tomar a Bahia para depois render o resto do Brasil. Os moradores da colônia conseguiram se reerguer e venceram. Para Vieira, a vitória deveria ser atribuída às orações e não às armas, pois mais se devia: “[...] às mãos levantadas, que às mãos armadas; mais aos que batiam o Céu, que aos que combatiam o inimigo: mais aos que por ela oravam, que aos que pelejavam por ela” (VIEIRA, 2000, p. 225). No final do sermão, Vieira apelava para as obras de misericórdia dos homens na defesa dos pobres:

os Soldados que quotidianamente estão pelejando por todos. Se os monarcas impunham tributos aos seus súditos para manter os presídios, seria justo que todos pensassem em sustentar os pobres da Bahia, auxiliando as obras da Misericórdia (VIEIRA, 2000, p. 238).

Até aquele momento, não chegaram notícias dando conta da Restauração portuguesa. O que permite perceber que Vieira não defendia, com firmeza, os interesses portugueses, quanto à separação das duas coroas. Ao contrário, confirmava a figura do rei espanhol como herdeiro do trono português. As suas manifestações revelavam uma insatisfação contra a forma como as riquezas da colônia eram apropriadas pela metrópole. O padre entendia a existência de interesses distintos que advinham da União Ibérica e que estavam longe de serem resolvidos. Um discurso oscilante, fruto de um desejo de liberdade, mas também um discurso daquele que deve submeter-se, com membro da Companhia de Jesus e fiel súdito do rei. O movimento de Restauração, engendrado na Europa, afetaria a vida de Vieira. Ele teria que adequar o seu discurso, para “a maior glória de Deus”.

No *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*, foi pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda na Cidade da Bahia, no ano de 1640. Vieira discutiu a questão da invasão holandesa, chamando a atenção para o mal que o herege causava ao reino – cada vez mais enfraquecido –, destacando principalmente a situação miserável da Província do Brasil. Ousado, o jesuíta apelou diretamente a Deus para conhecer as razões que teriam levado Portugal a esta situação.

O *Sermão de Dia de Reis*, pregado na Bahia em 6 de janeiro de 1641, Vieira faz em homenagem a D. Sebastião e oferece ao Marquês de Montalvão e ao herdeiro do trono português, Filipe IV, de Espanha. Apesar de referir-se a D. Sebastião, em nenhum momento o poder político dos reis espanhóis ou, a legitimidade deles, foi questionada. Ao contrário, o religioso afirmava que Filipe IV, de Espanha, herdara do pai e do avô o trono que pertencera ao piedoso D. Sebastião. Vieira prega que o legítimo herdeiro do trono português era D. Filipe IV. Até aquele momento a notícia da Restauração não havia chegado às terras coloniais. A exaltação de Filipe IV era feita em meio a uma série de insatisfações que permeavam a sociedade, advindas da política fiscal empreendida por esse monarca.

Posteriormente, o discurso mudaria. O rei espanhol e os espanhóis deixariam de ser exaltados, para serem tidos como inimigos e usurpadores do poder. Com a chegada

da notícia da Restauração, o quadro colonial seria alterado. Um novo rei, uma nova monarquia. Um segundo momento na vida de Vieira.

Adaptando-se à conjuntura portuguesa, Vieira atribuiria a D. João IV a legitimidade ao trono (VARNHAGEN, 1981). O novo monarca passaria a ser o alvo da exaltação do religioso e do vir a ser de uma nação livre. D. João IV representou a possibilidade de uma ascensão para o jovem jesuíta, que deixara a colônia para conviver com nobres e outros dignitários das cortes europeias.

Em 27 de fevereiro de 1641, o religioso e D. Fernando Mascarenhas partiram para Portugal, a fim de se submeterem ao monarca. Após um pequeno incidente em Peniche, Vieira chegou a Lisboa, cidade que ficaria marcada pela figura do jesuíta. Conforme registrou o Pe. Antônio de Barros, biógrafo de Vieira, não tardou que o religioso tivesse reconhecido o seu talento e sua sabedoria portentosa (BARROS, 1746). No começo daquele mês já havia partido de Lisboa o embaixador português, Tristão de Mendonça, para visitar os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos e dar encaminhamento às negociações entre as duas nações, da qual Vieira seria um dos principais agentes no período seguinte.

Em 1º de janeiro de 1642, pregou pela primeira vez no púlpito da capela real o *Sermão dos Bons Anos*. Neste sermão, Vieira demonstrava possuir um conhecimento claro das vicissitudes que envolviam a manutenção da independência de Portugal, valendo-se das trovas de Bandarra, apesar de não citá-las de forma explícita. Defendeu a Dinastia de Bragança, que apresentava um libertador prometido e um rei não esperado, posicionava-se contra os opositores e contra aqueles que aguardavam o retorno de D. Sebastião. Vieira afirmava que o rei salvador, *encoberto*, não era Dom Sebastião, mas sim Dom João IV. Esta mudança mostra claramente que a mística de Vieira se adequara à nova conjuntura política de Portugal. Se por um lado a figura do novo rei era utilizada para sinalizar o presságio de bons anos, por outro, ele vinha revestido dos elementos outrora associados à figura de Dom Sebastião (apud AZEVEDO, 1992, v. 1, p. 56). Conforme observa Rodrigo Bentes Monteiro:

Se os sermões, especialmente os do padre António Vieira, fortaleciam o mito do Encoberto e demais crenças messiânicas em proveito do rei, era porque faltava a esta monarquia a devida sacralidade reconhecida pela Igreja de Roma, tornando-a também vulnerável institucionalmente (MONTEIRO, 2002, p. 178).

Em 19 de março daquele ano, dia de São José, Vieira retomou o tema da legitimidade. No discurso, a figura de São José é apresentada como o grande protetor daquele que veio para restaurar o mundo, Cristo. Nada mais coerente na sua leitura do que apresentar São José também como o protetor do homem que iria restaurar Portugal. Vieira valia-se das analogias para conseguir o fazer crer aos ouvintes da veracidade e da importância do que pregava. Na sua fala, o jesuíta incitava a população a aderir à causa, e suportar os sacrifícios que fossem necessários à manutenção da liberdade de Portugal, ameaçada pela coroa de Castela. As divisões internas não auxiliariam em nada a nação lusitana a reconquistar o papel que tivera no passado. Ficava evidente a necessidade do discurso religioso para manter acesa a chama da restauração que poderia se esvaír, na medida em que o rei tivesse que agir, aplicando leis que nem sempre eram favoráveis ao corpo social. Como destacou Ernest Kantorowicz na sua obra *Os dois corpos do rei*, que empreende um estudo sobre a teologia política medieval, havia o corpo natural, sujeito a todos os reveses do mundo, sentimentos e morte e o corpo político ou místico², em que cada membro do organismo correspondia aos súditos, sendo a cabeça o rei. O corpo político se sobrepunha ao corpo natural, pois a figura do rei era imorredoura, uma vez que os rituais utilizados faziam que a passagem do poder de um monarca para outro fosse um dom de Deus. Kantorowicz defende a ideia de que o rei, enquanto cabeça da monarquia, é o equilíbrio entre a segurança e a justiça. O rei deve ser amado e estabelecer a paz, o amor e a equidade no reino (apud LACOUTURE, 1991, v. 1, p. 370).

A segunda parte deste discurso viria com o *Sermão de Santo Antônio*, pregado em 14 de setembro de 1642, no momento em que antecede a votação sobre o aumento de impostos, em face da exiguidade de recursos para manter a segurança do reino. Segundo a proposta de Antônio Vieira, a cobrança de impostos deveria ser feita à nobreza, ao clero e ao povo. O religioso destacava aqui a desigualdade entre os três estados do reino, tentando convencer as ordens sociais para que colaborassem com dinheiro para a guerra. Antônio Vieira procurava romper com a ideia cristalizada dos estratos sociais, na qual a posição social de cada indivíduo era determinada por Deus. Segundo o religioso, este era um dos fatores que teriam conduzido Portugal a uma situação crítica. Por conseguinte, um sistema de impostos mais equitativo amenizaria o peso destes ao povo. Para Vieira, o monarca visando ao bem-estar dos homens poderia estabelecer os impostos livremente, fonte de recursos para o Estado. Neste sentido, a ideia de riqueza monetária era importante para a manutenção da soberania.

Vieira observava que Portugal não tinha riqueza monetária necessária para garantir o seu poder. Era necessário amealhar recursos para garantir tal defasagem. Uma política de aumento das exportações e uma política aduaneira protecionista poderiam inverter a questão. Vieira identificara que, além da guerra de restauração da coroa portuguesa, havia a guerra das economias europeias. Ficava evidente que a riqueza de algumas nações se estruturava em detrimento de outras, e o reino lusitano fazia parte deste complexo jogo de interesses. Os súditos deveriam obedecer ao rei, de maneira absoluta. Para que isto se realizasse, o rei deveria obedecer a leis divinas, ter um bom comportamento e não estabelecer relação de opressão. Como afirma Catarina Madeira Santos:

As estratégias administrativas comumente usadas para cobrir despesas extraordinárias se limitavam as demandas apresentadas às Cortes, a imposição de novos impostos fiscais e o lançamento de muitas operações de crédito (como os padrões de juro) ou ainda empréstimos contratados junto aos banqueiros. Estas soluções permitiam garantir financiamento a curto prazo, pois eles eram incapazes de resolver definitivamente os problemas do déficit. Assim, a administração financeira portuguesa do século XVI e da primeira metade do século XVII baseou-se num frágil equilíbrio, se manifestando portanto a necessidade de desenvolver uma administração racionalizada e regulada pela previsão (SANTOS, 1997, p. 123).

A ideia de alterar a maneira como os impostos eram cobrados fica evidente ao advogar a reforma tributária que vinha sendo defendida por outros pensadores. Esta propositiva afetava diretamente os interesses e privilégios da nobreza, assim como da Igreja, na medida em que atingia a isenção eclesiástica. Devemos ressaltar que a igualdade na cobrança de impostos não significava alteração da ordem social vigente; ela se manteria, bem como a relação metrópole-colônia.³

Para defender o seu pensamento, Vieira recorreu à alegoria do *sal da terra*, destacando a propriedade do sal em conservar. Para ele, a conservação da terra só seria possível se os elementos: água (povo), fogo (eclesiástico) e ar (nobreza) se mantivessem juntos. Elementos distintos e diferentes que deveriam se unir e se compor de forma a garantir recursos para a manutenção do reino lusitano – proposta inovadora frente às práticas do período. Contudo, deve-se observar que a proposta apresentada por Vieira revelava uma visão conservadora da sociedade. A ordenação social estava mantida, e cada elemento possuía a sua responsabilidade perante o todo, evidenciando parte de um

pensamento medieval que entendia que a divisão de funções correspondia às posições sociais.

O desejo de manter a liberdade confrontava-se com a falta de recursos para os gastos de guerra. O reino restaurado, além das dificuldades políticas para se manter livre, teve que enfrentar uma situação financeira problemática. As finanças do Estado eram as piores possíveis. O comércio e a indústria haviam sofrido perdas significativas, que dificultavam a retomada das atividades. Além disso, pode-se observar que a perda de possessões coloniais, uma marinha e exército desorganizados, acabavam por representar uma imensa barreira para uma nação que procurava o seu ponto de equilíbrio.

As dificuldades enfrentadas por Portugal e a sua instabilidade fizeram que as nações europeias tivessem cautela na aproximação e nos acordos com os portugueses. A nova realidade impunha uma revisão no papel do guerreiro e, por decorrência, da nobreza. Os recursos disponíveis permitiam que qualquer homem pudesse tornar-se soldado. No âmbito da administração pública, as transformações eram também significativas. O exercício destas atividades permitiria aos melhores enobrecer, implicando a perda paulatina dos atributos e direitos da nobreza. No *Sermão de Santo Antônio*, fica evidente o questionamento do direito da nobreza quanto à isenção fiscal. De forma mais profunda, o questionamento se dirige à questão do nascimento dos indivíduos e o seu papel na sociedade. Para o jesuíta, eram as ações, em especial generosas, que definiam a distinção do homem. Elas, de fato, constituíam a sua essência, pois segundo ele, *a verdadeira fidalguia é ação*⁴ (VIEIRA, 1951, v. 1, p. 212-213). O questionamento de Vieira, apesar de evidenciar a questão tributária, na realidade questionava a forma de inserção dos homens na sociedade. Para ele, os atos valiam mais do que a linhagem.

Neste cenário, Vieira conquistou a simpatia e o respeito da família real. A sua inteligência e a clara compreensão dos negócios que envolviam o Estado português fizeram que ele fosse escolhido como conselheiro do rei. As suas palavras foram valiosas para o monarca, enquanto os seus sermões eram eficazes no sentido de alertar o povo sobre todos os problemas que Portugal enfrentava naquele momento. Tendo em conta todos estes atributos, Vieira foi nomeado por D. João IV para negociar a reconquista das colônias tomadas durante o período da União Ibérica (PÉCORA, 1995, p. 104). Como ressalta Santos:

A conjuntura de 1622-1640 coloca em evidência a fragilidade do sistema, no momento em que o comércio internacional atravessava

profundas transformações. De fato, durante a primeira metade do século XVII, com a integração do reino português na monarquia espanhola, os novos inimigos – Holanda e Inglaterra – se afirmam no cenário do Atlântico e também das Índias Orientais, ameaçando o monopólio português do comércio de especiarias na Índia e a segurança das rotas marítimas. A guerra naval permanente, durante a década de 1630, a ocupação da Bahia e de Pernambuco afetaram profundamente as finanças reais : de um lado, uma crise comercial se manifesta, acompanhada inevitavelmente de uma diminuição das receitas dos impostos e das rendas diretamente dependentes dos negócios marítimos, como o imposto do consulado e as rendas das receitas proveniente da aduana (fenômeno que afeta essencialmente Lisboa) ; por outro lado, os gastos militares implicaram um grande esforço financeiro: as novas contribuições foram elevadas para armar as frotas de segurança das conquistas ultramarinas, o Brasil, a Índia, Angola e Mina (1997, p. 124).

Uma das tarefas que Vieira teria que enfrentar era conciliar Portugal e a Holanda, no que se refere às disputas por Pernambuco, invadido desde o período da dominação espanhola. Ambas as nações pretendiam ficar com a posse do território, porém faltava a Portugal os meios para fazê-lo. Neste cenário, outro aspecto que chamou a atenção de Vieira era a questão dos cristãos-novos portugueses, pois, segundo o religioso, eles seriam vitais para a reconstrução do reino.⁵

Tendo em vista este conjunto de fatores, Vieira propunha a criação de duas Companhias de Comércio,⁶ as quais se baseariam no modelo existente nos Países Baixos. As autorizações para funcionamento de Companhias de Comércio incluíam os direitos e deveres da mesma. Elas poderiam explorar uma determinada região com exclusividade, tendo o direito de armar e equipar frotas, assinar tratados, declarar guerra e assinar a paz, arrecadar impostos, entre outros favorecimentos. Os recursos obtidos com as operações eram divididos entre os investidores, normalmente pertencentes a uma burguesia comercial ou a uma nobreza, os quais possuíam recursos elevados para os investimentos iniciais. Por meio das Companhias de Comércio, Portugal incrementaria o seu comércio. Para tanto, entendia que os recursos para investir neste empreendimento deveriam partir dos cristãos-novos.⁷

O plano de Vieira previa outras ações. No que tange à relação com o Tribunal do Santo Ofício, o religioso sugeria abolir a distinção entre o cristão-novo e o cristão-velho, bem como reformar os estilos que norteavam a Inquisição, limitando especialmente o direito de fisco.⁸ Estas medidas visavam a garantir que os cristãos-novos, que fugiram de Portugal e investiam o seu dinheiro nos Países Baixos, retornassem para o reino a fim de exercerem as atividades que praticavam no

estrangeiro. Outra ação importante era que os navios portugueses carregassem uma carga maior e fossem mais bem aparelhados, devendo navegar no mínimo com 400 toneladas e com 20 peças de artilharia e valorizar a profissão do comércio. Além disso, era fundamental que a comunicação e o comércio com as nações rivais da Espanha fossem estimulados, a fim de fortalecer o reino tanto nas relações comerciais como políticas (MONTEIRO, 2002, p. 297-314).

Como nos referimos anteriormente, em 1º de janeiro de 1642, Vieira pregava aos portugueses, na capela real o *Sermão dos Bons Anos*. Defendia a Dinastia de Bragança, sendo D. João IV o grande libertador prometido, o rei salvador, o *encoberto*. Eivado de misticismo, a figura do novo rei legítimo sinalizava um novo futuro. Rei que herdava de D. Sebastião a missão de salvação do reino lusitano e que seria o responsável por garantir bons anos para o reino. Vieira iniciou o sermão admoestando que:

Em um mundo tão avarento de bens, onde apenas se encontra com um bom dia, ter obrigação de dar bons annos, difficultoso empenho! Deus que é Auctor de todos os bens, os dê a vossas Reaes Magestades felicíssimos (mui altos e mui poderosos reis e senhores nossos) com a vida, com a prosperidade, com a conservação e augmento de estados, que as esperanças do mundo publicam, que o bem da fé catholica deseja, que a monarchia de Portugal há mister, e que eu, hoje, quizera prometter, e ainda assegurar (apud AZEVEDO, 1992, v. 1, p. 56).

Tendo em vista as condições de Portugal, em particular a guerra, dar bons anos era difícil; restava, portanto, pensar como seria possível assegurar bons anos. O reino precisava afastar o perigo daqueles que desejavam o domínio do trono e impor um cativeiro tão duro e injusto. De forma direta, Vieira apresentava os problemas que o reino enfrentara com a morte de D. Sebastião, *de gloriosa e lamentável memória*, que seria sucedido por um rei, no caso D. João IV, que recuperaria a glória da memória portuguesa e da paz universal no mundo. Acreditava que os portugueses teriam boa fortuna com um rei não esperado. Segundo o padre, os lamentos com a morte de D. Sebastião deveriam cessar, porque havia um rei vivo ao qual deveria ser confirmada toda honra e todo respeito: “Rei não por ambição de reinar, senão por compaixão de libertar”.

Aos poucos, deveriam ser afastadas as sombras de algumas leis arcaicas, introduzindo leis novas e conciliando-as com as antigas. Estas seriam as esperanças de

um novo tempo; para tanto, era necessário que os soldados fossem valentes e tivessem confiança para vencer os inimigos. Para Vieira, a vitória era certa e Portugal, de forma triunfal, seria um novo império. Se, por um lado, a figura do novo rei é utilizada para sinalizar o presságio de bons anos, por outro, ele vem revestido dos elementos outrora associados à figura de D. Sebastião. O ideal cruzadístico presente no sermão prevê um império que subjugará todos os povos. O desejo de que Portugal volte a ser o que fora no século dos descobrimentos permeia todo o sermão; Vieira, acreditando num venturoso porvir para Portugal, conclamava a todos a buscar a esperança da autonomia lusitana. Em suma, podemos afirmar que o jesuíta acreditava que a esperança comportava a recuperação da memória coletiva que uniu a nação portuguesa. Para ele, era importante que se criasse a consciência de que os agentes do passado interferiam no futuro. O exemplo notório e mais sensível era o episódio de Alcácer-Quibir, que havia comprometido o futuro de Portugal; na visão patriótica de Vieira, Portugal vivia de incertezas, sendo então necessário consolidar uma base sólida para que o crescimento conduzisse a nação a uma nova estabilidade. A inércia seria fatal para Portugal: o reino não poderia viver preso às profecias que aguardavam uma concretização. Vieira afirmava que chegara um novo tempo, a restauração era uma obra divina e sinal de que a profecia se realizara. Os sebastianistas poderiam aderir ao movimento porque D. Sebastião legara ao povo português um verdadeiro enviado, D. João IV.

Vieira, em suas cartas e sermões, não deixou de evidenciar que a riqueza era um meio essencial para que a coroa portuguesa mantivesse o seu poder e que disto dependia a segurança do reino. Além disso, a ausência de recursos impedia que Portugal empreendesse qualquer ação de agressão contra aqueles Estados que ameaçavam a sua liberdade política. A ascensão de D. João IV significou um momento novo para a nação portuguesa, segundo Vieira, devendo ela considerar que, reconquistando a liberdade do poder régio português, era também necessário garantir a base financeira para a sustentação do reino. Desta forma, a população deveria estar consciente de que, apesar das dificuldades circunstanciais enfrentadas, a questão econômica e do poder só seriam resolvidas a longo prazo. Por conseguinte, para esse religioso, todos deveriam fazer sacrifícios para que a segurança e a integridade da nação fossem um primeiro passo para a retomada da riqueza.

Neste sentido, o padre reforçava o pensamento mercantilista, afirmando que a colônia deveria ser explorada em benefício da metrópole. Para tanto, era necessário que o comércio fosse controlado e protegido, a fim de que fosse conseguida uma situação

favorável para a metrópole. Nesta nova conjuntura, não era o Estado que deveria atuar isoladamente, mas sim as companhias de comércio privadas, que juntando os seus interesses aos do Estado poderiam conseguir maiores resultados. Vieira teve que lutar contra a aversão da nobreza em relação ao comércio, que punha em questão de forma contundente a sua proposta. Ao se posicionar favoravelmente aos mercadores cristãos-novos, em especial aqueles que haviam deixado Portugal, por causa da Inquisição, o religioso teve que enfrentar as hostilidades de uma sociedade conservadora e arraigada à propriedade da terra.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Luís Machado de. Paixão e argumentação na oratória do Padre António Vieira. In: *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira: Congresso Internacional*. Braga: Ed. Universidade Católica Portuguesa: Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999. v. 3.
- ALDEN, Dauril. *The Making an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond 1540-1750*. Califórnia: Standford University Press, 1996.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antonio Vieira*. 3. ed. Lisboa: Clássico, 1992. v. 1.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *A trama e o drama*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013.
- BARROS, Pe. André. *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por Antonomasia o Grande: aclamado no mundo por Principe dos Oradores Evangelicos, Prégador Incomparavel dos Augustissimos Reys de Portugal, Varão esclarecido em Virtudes, e Letras Divinas, e Humanas; Restaurador das Missões do Maranhão, e Pará...* Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746.
- CANTEL, Raymond. La place de la femme dans la pensée de Vieira. *Caravelle*, Paris, v. 4, n. 4, p. 23-34, 1965.
- _____. Ovide et les sermons du Père Vieira. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, Lisboa, n. 18, p. 81-92, 1954.
- _____. *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre du père Antonio Vieira*. Paris: Hispano-Americanas, 1960.
- CUNHA, Luís da. *Instruções inéditas de D. Luis da Cunha a Marco Antonio de Azevedo Coutinho: séc. XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- DESCIMON, Rober; SCHAUB, Jean-Frédéric; VINCENT, Bernard (Dir.). *Les figures de l'administrateur: institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal: 16e-19e siècle*. Paris: Éd. L'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- FRANCO, José Eduardo. *Le mythe jésuite au Portugal (XVIe-XXe Siècles)*. Paris: Arké, 2008.
- _____. *O mito dos jesuítas*. Lisboa: Gradiva, 2006. v. 1.
- GODINHO, Vitorino M. *L'économie de l'Empire portugais aux XVe et XVIe siècle*. Paris: [s.n.], 1969.

- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- LACOUTURE, Jean. *Jésuite: une multibiographie*. Paris: Seuil, 1991. v. 1.
- MARQUES, João Francisco. *A parenética portuguesa e a restauração (1640-1668)*. Porto: Ed. Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de História da Universidade do Porto, 1986. 2 v.
- MATTOSO, Kátia de Queirós; SANTOS, Idelette Muzar-Fonseca; ROLLAND, Denis. *Naissance du Brésil moderne 1500-1808*. Paris: Centre d'Études sur le Brésil : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.
- MENEZES, Sezinandro Luís. O uso correto da riqueza: o Padre Antonio Vieira e o Brasil. *Comunicações: Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação*, Piracicaba, ano 8, n. 1, p. 32-45, jun. 2001.
- _____. *Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MENEZES, Sezinandro Luís; NAGEL, Lizia Helena. Considerações sobre as transformações sofridas pela nobreza portuguesa na Época Moderna. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 317-326, 2003.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: FAPESP/Hucitec/Instituto Camões, 2002.
- PALACIN, Luis. *Vieira e a visão trágica do Barroco*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PÉCORÁ, Alcir. O processo inquisitorial de Antonio Vieira. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V. Zamboni; JUNQUEIRA, Renata Soares (Org.). *Sobre as naus da iniciação: estudos portugueses de literatura e história*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- _____. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1995.
- SANTOS, Catarina Madeira. Tensions politiques et stratégies administratives – la gestion financière d'une époque de crise: Portugal, 1620-1640. In: DESCIMON, Rober; SCHAUB, Jean-Frédéric; VINCENT, Bernard (Dir.). *Les figures de l'administrateur: institutions, réseaux, pouvoirs en Espagne, en France et au Portugal: 16e-19e siècle*. Paris: Éd. L'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração 1580-1640*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.
- VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal: Guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica*. Valladolid: [s.n.], 1994.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- VIEIRA, António. *Cartas do Brasil*. Organização de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.
- _____. *Escritos históricos e políticos*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Sermões e cartas – antologia*. Rio de Janeiro: Agir, 1968.
- _____. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. Organização e introdução de Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2000. t. 1-2.
- _____. *Sermões*. Porto: Lello e Irmãos, 1951. 15 v.
- VILLARI, Rosário et al. *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

Notas

- ¹ Carta Ânua de 30 de setembro de 1626.
- ² Na Inglaterra se utilizou o termo “corpo político”, enquanto que na França utilizou-se corpo místico, onde se destacava a leitura de fonte divina de poder.
- ³ António Vieira para justificar a cobrança de impostos utiliza a metáfora bíblica da criação de Eva a partir da costela de Adão. O jesuíta ressaltava o bem e a necessidade deste ato para a humanidade, o que implicava afirmar a importância da cobrança de impostos: “A costa de que se havia de formar Eva, tirou-a Deus a Adão dormindo e com quanta suavidade se deve tirar ainda o que é para seu proveito. Da criação e fábrica de Eva dependia não menos que a conservação e propagação do gênero humano [...] Deus tirou a costa de Adão, não acordado, senão dormindo: adormeceu-lhe os sentidos, para lhe escusar o sentimento” (VIEIRA, 1951, v. 2, p. 322).
- ⁴ Luís da Cunha afirmou que a transformação pretendida por Vieira era possível de ser observada, nas deliberações de Filipe V que ao distribuir os cargos de governo e comendas, o fazia conforme a “[...] grandeza por meio de seus próprios serviços e não pelos de seus antepassados” (CUNHA, 1929, p. 33-34).
- ⁵ Segundo José Eduardo Franco: “Por seu lado, Vieira estava convencido de que a comunidade cristã-nova constituía um motor importante para a reabilitação económica do país. A saída maciça das empreendedoras famílias de sangue hebraico para outros países, como consequência das perseguições sistemáticas do Santo ofício e da hostil mentalidade antijudaica, tinha contribuído para a depauperação de Portugal e beneficiado o crescimento de outros estados para onde os judeus se deslocaram, como era o caso coevo da próspera Holanda. A defesa desta tese ganhou consistência e convicção quando em 1646 o Rei D. João IV enviou António Vieira pela primeira vez aos Países Baixos em serviço diplomático da coroa portuguesa, onde teve a oportunidade de estabelecer contactos com a comunidade judaica ali residente de origem portuguesa” (FRANCO, 2006, v. 1, p. 261).
- ⁶ O monopólio era visto de maneira com ressalvas no século XVII, devido à possibilidade de interferência no fluxo do abastecimento. As Companhias de Comércio tinham o monopólio sobre a exploração, o que implicava privilégios exclusivos de venda outorgados pelo Estado.
- ⁷ A Criação da Companhia Ocidental do Comércio acabou prejudicando os interesses da Inquisição, uma vez que esta instituição perdia parte da receita que recebia, pelo confisco de bens.
- ⁸ A União Ibérica, no que tange à Inquisição, apresentou problemas graves principalmente no que dizia respeito à presença de comerciantes cristãos-novos nas terras americanas pertencentes a Castela. Após as Cortes de Tomar, em 1581, verifica-se uma emigração expressiva de marranos para os principais pontos de comércio da América Espanhola como Buenos Aires, Santa Marta, México, dentre outros. Tal fato não passou despercebido pela Coroa espanhola nem pelos mercadores cristãos-velhos espanhóis que denunciaram a presença daqueles em zonas comerciais importantes, ressaltando a condição de hereges dos mesmos. As acusações partiam de uma preocupação com a fé, mas deixavam transparecer motivos econômicos, uma vez que estes cristãos-novos interferiram no sistema comercial monopolistas dos espanhóis e possuíam capitais e técnicas mais condizentes ao sistema comercial, bem como acesso às novas rotas comerciais, condição que ameaçava a débil burguesia espanhola.

Artigo recebido em 30/09/2013. Aprovado em 11/03/2014.